

HABEAS CORPUS Nº 502.109 - SP (2019/0093514-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ROGERIO SENE PIZZO
ADVOGADO : ROGÉRIO SENE PIZZO - SP258294
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAYKON MATHEUS DE OLIVEIRA RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MAYKON MATHEUS DE OLIVEIRA RODRIGUES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Agravo em Execução Penal n. 2042581.35.2019.8.26.0000, assim ementado:

Habeas corpus Execução penal Retificação de cálculo de pena. Pedido não elaborado em Primeira Instância Impossibilidade de apuração do pleito, sob pena de supressão de instância e por não ser o habeas corpus a via adequada para tanto Ordem denegada (fl. 299).

No presente *mandamus*, a defesa sustenta que "*a data base para o início da contagem do lapso temporal para atingir benefício quando se tem mais de uma pena, deve ser a data do trânsito em julgado da última condenação*" (fl. 5).

Requer, assim, em liminar e no mérito, seja refeito o cálculo para constar como data base para o início do lapso temporal para aquisição de benefícios a data de 12/04/2018.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de execuções a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator